

**MANDADO DE SEGURANÇA Nº 24.881 - DF (2018/0346432-9)**

IMPETRANTE : ZELIA MARIA AMARAL LOBATO  
ADVOGADOS : LEANDRO ABDON BEZERRA - AP001610  
MONIQUE LOBATO ABDON - AP001654  
ANDRÉ CUNHA BARROS - AP003907  
IMPETRADO : MINISTRO DA EDUCAÇÃO  
INTERES. : UNIÃO

**DECISÃO**

Consoante anteriormente relatado na Decisão de fls. 50-52, *trata-se de mandado de segurança com pedido de liminar impetrado por ZÉLIA MARIA AMARAL LOBATO contra suposta omissão do Ministro de Estado da Educação.*

Narra a impetrante que formulou, em 4 de janeiro de 2018, pedido de enquadramento na carreira de magistério do ensino básico, técnico e tecnológico (EBTT), sobre o qual deveria deliberar o Ministério da Educação em até 120 dias, de acordo com o previsto no art. 34, § 6º, da Lei n. 13.681/2018.

Sustenta que “tal pronunciamento deveria ter sido feito até 4 de novembro de 2018, mas até a presente data não ocorreu” (fl. 6).

Alega que “reuniu as condições ideais para ser enquadrada na Carreira de Magistério do EBTT”, razão pela qual solicita que “a omissão seja sanada, não somente no sentido de se pronunciar, mas que tal pronunciamento seja favorável, mesmo porque, embora o efetivo enquadramento não proporcione efeitos financeiros imediatos [...], visto que o salário atual que percebe é equivalente ao nível em que seria enquadrada no novo regime, é fato que, uma vez enquadrada no EBTT, poderia pleitear, administrativamente” (fl. 7), algumas vantagens que aumentariam seus ganhos.

Sobrevieram informações da autoridade apontada como coatora, informando o pronunciamento favorável para o enquadramento da impetrante.

Parecer pelo d. Ministério Público Federal às fls. 81-86, conforme ementa, *verbis*:

Mandado de Segurança. Administrativo. Servidor público. Servidora da carreira de magistério do ensino básico dos ex- territórios. Opção pelo enquadramento na carreira de magistério do ensino básico, técnico e tecnológico – EBTT. Lei 13.681/2018 que estabelece o prazo de 120 dias para que o Ministério da Educação delibere sobre as solicitações. Inércia do Poder Público. Direito líquido e certo reconhecido. Parecer pela concessão da ordem para que o Ministério da Educação delibere sobre o deferimento da solicitação de enquadramento formulada pela impetrante, no prazo a ser estipulado.

Determinação de intimação da impetrante para manifestação quanto ao atendimento do objeto da lide.

Manifestação às fls. 93-96, pela impetrante, informando a publicação da Portaria nº 523, de 1º de março de 2019, no sentido de “Autorizar o enquadramento da servidora, relacionada no anexo desta Portaria, nos termos do inciso II do art. 122 da Lei nº 11.784, de 22 de setembro de 2008, ocupante do cargo de Professor dos extintos territórios do Amapá, de Roraima e de Rondônia, na carreira de Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico, estruturada pela Lei nº 12.772, de 28 de dezembro de 2012”, relativamente à impetrante, nada obstante, pugnando pelo prosseguimento do feito, tendo em vista que a medida, "até o momento, não restou implementada".

É o relatório. Decido.

O presente *mandamus*, impetrado em face de ato omissivo atribuído ao Ministro da Educação, tinha como objetivo final obter tutela jurisdicional a fim de que determinado ao impetrado: *o imediato pronunciamento, em prazo a ser estipulado por Vossa Excelência e, tão logo, o deferimento do pleito administrativo de enquadramento na Carreira de Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico - EBTT.* (fl.13)

Outrossim, consta nos autos a informação de que a autoridade efetivamente manifestou-se favoravelmente ao pleito da impetrante, autorizando o referido enquadramento.

Forçoso reconhecer a perda superveniente do objeto do *mandamus*, tendo em vista que o cumprimento ou execução da referida medida, além de não competir à autoridade apontada, nem ser objeto do presente *writ*, pode ser demandado na esferas próprias, administrativa ou em rito ordinário, ou, ainda, em sede de mandado de segurança em face do agente público competente para a sua implementação, em caso de negativa.

Ante o exposto, e com fundamento no artigo 34, XIX do RI/STJ, denego a segurança e extingo o processo sem resolução do mérito em virtude da perda superveniente do objeto.

Custas *ex lege*. Sem honorários advocatícios (art. 25 da Lei n. 12.016/2009 e enunciado da Súmula STJ n. 105)

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 02 de abril de 2019.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO  
Relator

